Quando te faltar a esperança, olha para o lado

Mafalda Infante[1]

O espaço cívico diminuiu em todo o mundo. As guerras, as perseguições, os ataques às populações mais vulneráveis acontecem em direto, documentados em tempo real, transmitidos nos nossos telemóveis e muitas vezes partilhados nas nossas redes sociais. E, no entanto, ficamos parados. Assistimos. Continuamos o dia. O direito internacional é invocado seletivamente e ignorado sistematicamente. Os direitos humanos, conquistados a muito custo por movimentos e comunidades que lutaram durante décadas, em todos os continentes, são desrespeitados sempre que o poder tem interesse em desrespeitá-los, e esse poder atua hoje com uma brutalidade que já pouco se preocupa em disfarçar.

Esta paralisia diante do intolerável não é uma falha moral individual: é um sintoma político. E é nesse contexto que a pergunta deste artigo se impõe: não de ordem técnica nem estratégica, mas sobre o que nos mantém em movimento quando tudo parece confirmar que o movimento é inútil. É uma pergunta sobre a esperança, mas não a esperança entendida como otimismo ingénuo, como crença de que as coisas vão correr bem porque é natural que corram bem. A esperança de que aqui se fala é outra: é a que vive precisamente na incerteza, a que não precisa de garantias para se manter em pé, a que se pratica mesmo quando as razões para desistir se acumulam.

A escritora e ativista Rebecca Solnit, que dedicou grande parte do seu trabalho a pensar os movimentos sociais e as comunidades de resistência, traz-nos uma formulação que merece atenção neste contexto: o desespero é um luxo. Esta ideia pode parecer paradoxal ou até cruel, mas Solnit não fala do sofrimento das pessoas que vivem na linha da frente da opressão. Fala de uma posição intelectual e afetiva, isto é, ao mesmo tempo racional e emocional, que consiste em declarar que nada vai mudar, que a resistência é inútil e que o sistema é demasiado poderoso para ser alterado. Fala-nos do desespero de quem, a partir de uma posição de relativa segurança, conclui antecipadamente pela derrota, e nessa conclusão encontra, paradoxalmente, um certo conforto: o de não ter de agir, o de não ter de arriscar, o de poder observar o mundo com a distância serena de quem já sabe como a história acaba.

Este desespero é um privilégio de quem pode dar-se ao trabalho de não agir. Mas para os povos que vivem sob ocupação, para as comunidades que resistem à desapropriação das suas terras, para os ativistas perseguidos pelos regimes que pretendem silenciá-los, a esperança não é uma escolha entre outras, mas uma condição de sobrevivência e resistência.

[1] Responsável de Advocacy e Comunicação da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Solnit propõe uma leitura da história que vai contra a narrativa dominante de impotência: os movimentos sociais que transformaram o mundo não aconteceram porque o sucesso estava garantido, mas porque grupos de pessoas decidiram agir sem garantias, sustentados pela crença coletiva de que o impossível podia tornar-se possível. Muitas vezes, a mudança não é linear nem previsível, acontecendo em momentos que ninguém conseguia antecipar. Ignorar essa dimensão da história é uma forma de distorção que serve quem detém o poder e tem todo o interesse em que as pessoas acreditem que esse poder é imutável e que a mudança nunca vai chegar.

Há, portanto, um objetivo político na erosão da esperança coletiva. Quando uma sociedade interioriza que a sua ação não tem peso e que as estruturas são permanentes, está a ceder terreno a quem governa pelos mecanismos da resignação – a quem precisa não tanto de proibir a resistência, mas de convencer as pessoas de que ela não serve de nada. Paulo Freire identificou este mecanismo como uma das formas mais insidiosas de opressão: não a que usa a força, mas a que recorre à internalização da derrota. Para Freire, convencer os oprimidos de que a sua situação é natural ou inevitável é uma forma de violência simbólica, mas não menos paralisante.

Segundo Freire, a esperança não é uma opção entre outras, mas uma dimensão constitutiva do ser humano, aquilo que nos torna capazes de nos projetar para além do presente e de imaginar que as coisas podem ser diferentes. Trata-se, na prática, de recusar que o presente seja a única configuração possível do mundo: de insistir, contra todas as evidências, que a realidade é transformável porque é feita por pessoas e pode ser refeita por pessoas. Mas Freire é cuidadoso em distinguir a esperança crítica da esperança ingénua: a primeira é uma postura ativa, encarnada na práxis, na união entre a reflexão e a ação; a segunda é uma espera passiva que, por si só, não transforma nada. Freire reflete sobre o papel do afeto e da comunidade neste processo, relembrando-nos de que não basta ter consciência crítica sobre a opressão — é preciso ter com quem partilhá-la, é preciso o encontro com o outro, a palavra dita em conjunto, o reconhecimento mútuo de que a realidade pode ser lida de outro modo e, portanto, transformada. Para Freire e Solnit, a esperança é um verbo antes de ser um substantivo, uma prática antes de ser um sentimento, e uma prática que só existe plenamente no coletivo.

As redes e comunidades da sociedade civil não são apenas mecanismos de coordenação ou de pressão política. São lugares onde a esperança se fabrica e onde a experiência de agir com outros transforma aquilo que cada pessoa acredita ser possível. As pessoas não se juntam porque têm esperança; ganham esperança porque se juntam. Criam memória coletiva, a lembrança de que já foi possível antes, de que há um fio que nos liga a quem resistiu antes de nós. Criam uma linguagem partilhada, a capacidade de nomear o que está a acontecer sem cair na narrativa dos Estados, corporações e instituições que concentram o poder à custa dos direitos de comunidades inteiras. Ao mesmo tempo, criam laços de cuidado mútuo: a experiência de não estar sozinho perante o peso do mundo, que é, por vezes, a única coisa que permite continuar. Criam, acima de tudo, a possibilidade de imaginar em conjunto e de projetar futuros que o presente ainda não autoriza, mas que a ação coletiva pode começar a construir.

A parceria entre organizações, movimentos e comunidades não é, portanto, apenas uma estratégia de eficácia. É uma prática de esperança. Quando diferentes atores se reconhecem mutuamente, entre setores e geografias, não falamos apenas em coordenação, mas na construção de um novo sujeito coletivo que é, por si só, uma forma de resistência à narrativa de que nada pode ser feito. Solnit diria que é nesses momentos de articulação inesperada que a

história muda de direção; Freire diria que é nesses encontros que a consciência se transforma em força.

Tanto Solnit como Freire nos pedem que resistamos a duas tentações simétricas e igualmente paralisantes: o otimismo fácil, que fecha os olhos ao horror, à injustiça e ao sofrimento porque prefere não ver, e o pessimismo total, que fecha os olhos a essa mesma realidade porque já decidiu que nada adianta. O otimismo fácil é uma forma de cumplicidade por omissão e o pessimismo total por rendição. A esperança crítica é a recusa de ambos: não promete vitórias, nem que as guerras terminem ou que o direito internacional seja respeitado, ou que os opressores respondam pelos seus crimes. Mas mantém aberta a possibilidade da ação, recusa o encerramento prematuro do futuro, e relembra-nos que o presente não é a única configuração possível do mundo.

Quando ficamos parados enquanto assistimos ao que se passa no mundo, não é apenas porque nos falta coragem ou empatia. É porque nos falta a crença de que a nossa voz e a nossa recusa têm peso. O espaço entre ver e agir foi preenchido, ao longo do tempo, pela convicção de que somos demasiado pequenos para fazer diferença. Esta convicção que não é uma verdade objetiva, mas o resultado de um processo deliberado de desorientação coletiva. Nomeá-la como tal é, em si, um ato de resistência, e é isso que as redes da sociedade civil podem construir: as condições para que cada um de nós se reconheça como sujeito de ação e não apenas como espectador de um mundo que acontece sem a nossa participação. Num tempo em que o espaço cívico é restringido e em que a brutalidade do poder se confirma todos os dias, é nesse estar com outros, na sua dimensão mais concreta e quotidiana, que a resistência começa a tomar forma. E é aí, também, que a história ainda está a ser escrita.

Referências bibliográficas

- Freire, P. (1992). *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.* Paz e Terra.
- Solnit, R. (2004). *Hope in the Dark: Untold Histories, Wild Possibilities.* Canongate Books.
- Solnit, R. (2009). *A Paradise Built in Hell: The Extraordinary Communities That Arise in Disaster.* Penguin.

ÍNDICE